



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

**ACÓRDÃO**



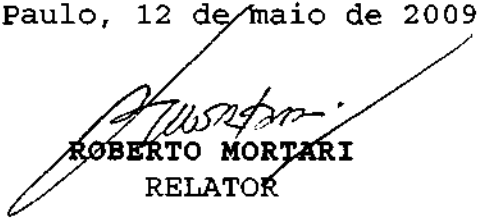
\*02379671\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 990.09.013425-9, da Comarca de Poá, sendo investigado JORGE ABISSAMRA (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS).

**ACORDAM**, em 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DETERMINARAM O ARQUIVAMENTO DOS PRESENTES AUTOS, FEITAS AS ANOTAÇÕES E COMUNICAÇÕES DEVIDAS, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO ARTIGO 18 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E NA SÚMULA Nº 524 DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RIBEIRO DOS SANTOS (Presidente) e FLÁVIO SILVA.

São Paulo, 12 de maio de 2009.

  
**ROBERTO MORTARI**  
RELATOR



# PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

VOTO Nº 14.620 - DESEMBARGADOR ROBERTO MORTARI

Inquérito nº 990.09.013425-9 – Poá

Investigado: Jorge Abissamra

(Prefeito de Ferraz de Vasconcelos)

Trata-se de procedimento investigatório instaurado para apurar eventual infração penal perpetrada por Jorge Abissamra, Prefeito de Ferraz de Vasconcelos.

Com a conclusão das diligências investigativas, pronunciou-se a d. Procuradoria Geral de Justiça pelo arquivamento.

Esse, no essencial, o relatório.

A proposição formulada pela d. Procuradoria Geral de Justiça às fls. 194/196 está correta, e fica integralmente adotada, como se aqui estivesse transcrita.

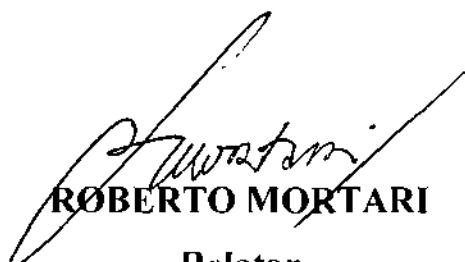
Com efeito, ao cabo do procedimento investigatório, não despontaram suficientes elementos acerca da configuração da prática delitiva em apuração.



# PODER JUDICIÁRIO

## Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Assim, adotada a manifestação da d. Procuradoria Geral de Justiça de fls. 194/196, determina-se o arquivamento dos presentes autos, feitas as anotações e comunicações devidas, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal, e na Súmula nº 524 do Colendo Supremo Tribunal Federal.

  
**ROBERTO MORTARI**  
Relator